

SHUTTERSTOCK

EVOLUÇÃO E DESAFIO

ANO DE MODERNIZAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS



SILAS BRASILEIRO
DEPUTADO FEDERAL E PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ (CNC)

O 12º Caderno Especial do Café, elaborado em parceria pelo CNC e pela Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta edição da ***Agroanalysis***, nos permite celebrar um ano marcado por grande avanço na cafeicultura, no agro como um todo e, principalmente, na sociedade brasileira no que diz respeito à legislação trabalhista.

Isso porque, desde 11 de novembro, entrou em vigor no Brasil a Lei nº 13.467/17, que moderniza a legislação com modificações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), as quais se estendem desde jornada de trabalho, férias e planos de carreira até a regulamentação de novas modalidades de prestação de serviços, como o teletrabalho, o trabalho intermitente e a terceirização, entre outros pontos.

A publicação da Lei 13.467/17 é resultado de um intenso trabalho que desenvolvemos em parceria com as demais entidades do agro desde o fim de 2016 até os dias atuais. Destacamos o evento "Agro em Questão – Workshop Reforma Trabalhista" – o qual tivemos a oportunidade de coordenar por meio do presidente executivo do CNC –, que foi realizado pelo Conselho do Agro e pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), na sede da entidade, em Brasília-DF.

Desde o princípio até a publicação da Lei supracitada, nossos objetivos são promover maior segurança jurídica, facilitar contratações por meios já existentes de prestação de serviços e contratos de trabalho, corrigir distorções até então existentes e tornar a legislação mais clara.

Nesse sentido e como complementação, reiteramos a necessidade da união de esforços para a aprovação do Projeto de Lei nº 6.442/16 – a reforma trabalhista rural –, que reúne os elementos necessários para adequar as normas que regem o labor rural ao cotidiano dos homens do campo.

Trata-se de matéria urgente e imprescindível a revisão da legislação específica rural para viabilizar a continuidade do crescimento de postos de trabalho no campo. Assim, a aprovação do PL nº 6.442 tornará a relação mais justa entre trabalhadores e empregadores, mitigando a necessidade de substituição de mão de obra por maquinário e fomentando, desta feita, a necessária geração de empregos e renda no Brasil.

Com as conquistas já obtidas e os trabalhos que mantemos para obtermos novos êxitos ao setor, temos a convicção das benesses que proporcionaremos ao agro brasileiro, principalmente no que tange às novas regras para o trabalho intermitente, a terceirização, o profissional autônomo e as horas *in itinere*, que não mais são contadas como tempo de serviço.

QUEM NÃO SE PROGRAMAR SERÁ PROGRAMADO PELO MERCADO




BRENO MESQUITA
PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DO CAFÉ DA CNA

MACIEL SILVA
ASSESSOR TÉCNICO DA COMISSÃO NACIONAL DO CAFÉ DA CNA

Em 2017, o Campo Futuro, projeto da CNA em parceria com o Centro de Inteligência em Mercados da Universidade Federal de Lavras (CIM/UFLA), realizou treze painéis de levantamento de custos de produção de café em seis estados produtores.

Para a safra 2016/17, os dados levantados apontam como média para a saca de 60 quilos do café Arábica o Custo Operacional Efetivo (COE) de R$ 320,90, enquanto o Custo Operacional Total (COT) ficou em R$ 390,46 e o Custo Total (CT) em R$ 482,22. Para o Conilon, a média apurada no COE foi de R$ 222,73, no COT de R$ 271,13 e no CT de R$ 335,84.

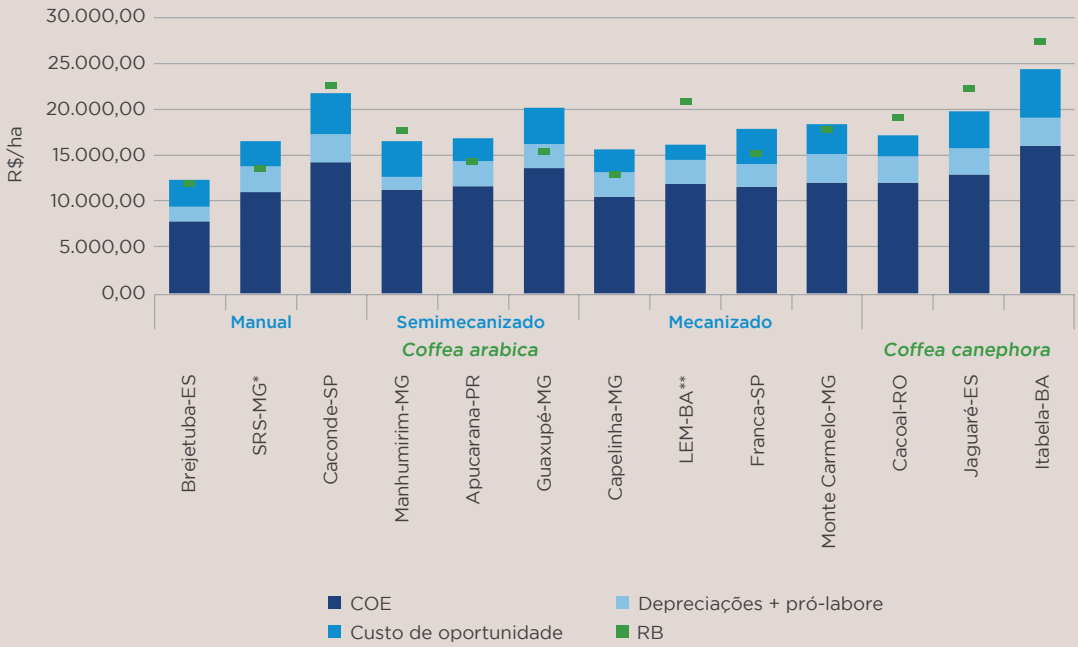
Nas regiões de Arábica com sistemas de produção manual (Brejetuba-ES, Santa Rita do Sapucaí-MG e Caconde-SP) e semimecanizado (Apucarana-PR, Guaxupé-MG e Manhumirim-MG), o grupo de custos com maior impacto no COE foi o de Colheita e Pós-colheita (46%, em média), devido às características de relevo, que exigem um grande volume de mão de obra para execução destas atividades.

Dos treze municípios analisados, sete apresentaram Receita Bruta (RB) inferior ao CT. Entre estes municípios, encontram-se Santa Rita do Sapucaí, Guaxupé e Capelinha, todos no estado de Minas Gerais, que apresentaram a RB inferior, também, ao COT, gerando Margem Líquida (ML) negativa, indicando processo de descapitalização do produtor, a longo prazo. Porém, nenhum município apresentou RB inferior ao COE. Nos municípios com sistema de produção mecanizado (Monte Carmelo-MG, Capelinha-MG, Franca-SP e Luís Eduardo Magalhães-BA), o grupo de custos com maior impacto no COE foi o de Fertilizantes (26,81%, em média).

Para o Conilon, o grupo de custos com maior impacto no COE (Cacoal-RO, Itabela-BA e Jaguaré-ES) foi o de Colheita e Pós-colheita (33%, em média).

Para a maioria das regiões, os resultados econômicos foram satisfatórios. Isso deve servir de estímulo para os produtores ajustarem o fluxo de caixa e o processo gerencial das propriedades. Além disso, para a próxima safra (2018/19), a utilização de ferramentas de mitigação de risco, como *hedge* e seguro, deve ser considerada, dada a expectativa de aumento de custo, aliada às previsões de mercado pouco favoráveis para o preço.

COMPARATIVO ENTRE O COE, O COT (COE + DEPRECIAÇÕES E PRÓ-LABORE), O CT (COT + CUSTO DE OPORTUNIDADE) E A RB DA CAFEICULTURA (R$/HECTARE)



Nota: * Santa Rita do Sapucaí-MG; ** Luís Eduardo Magalhães-BA
COE = Custo Operacional Efetivo; COT = Custo Operacional Total; CT = Custo Total
Fonte: Projeto Campo Futuro/CNA (2017); CIM/UFLA

AGENDA PARA O MERCADO INTERNACIONAL





MARCOS MATOS
DIRETOR-GERAL DO CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL (CECAFÉ)

EDUARDO HERON
DIRETOR TÉCNICO DO CECAFÉ

O CECAFÉ tem participado ativamente dos encontros com os novos adidos agrícolas designados para a Argentina, a África do Sul, a Arábia Saudita, a China, a Coreia do Sul, a Índia, o México, a Rússia, o Vietnã e a Tailândia. Estes países são estratégicos para o agronegócio brasileiro, e, com a presença das autoridades fitossanitárias do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), devemos estabelecer um plano estratégico e redefinir as ações na complexa e abrangente agenda de negociações comerciais.

As discussões envolvem as principais questões relacionadas ao acesso aos mercados e à redução da burocracia, com destaque para a emissão do Certificado Fitossanitário (CF), uma prática comum na busca por novos compradores do café brasileiro.

Não obstante, nas questões relacionadas às barreiras comerciais, cabe ressaltar que o Brasil reduziu a sua participação nas exportações mundiais. Para 2017, a expectativa ainda é de uma quantidade menor de embarque. Este desempenho está na contramão das perspectivas de consumo mundial de café.

Nesse sentido, o CECAFÉ estabeleceu uma agenda bimestral com a **Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)**, com ênfase na publicação da Resolução nº 5.032, que dispõe sobre os direitos e os deveres dos usuários e dos agentes operadores

nas navegações de apoio marítimas e portuárias. Por solicitação da ANTAQ, o CECAFÉ apresentará, também, o panorama e a evolução das taxas e dos custos portuários. Para atender as demandas do setor exportador de café, a partir de um sistema recentemente criado pela equipe de Tecnologia da Informação (TI) do CECAFÉ, os indicadores de desempenho dos terminais portuários e de armadores passarão a ser divulgados.

O comércio exportador deverá estar atento a todas as oportunidades de negociação de acesso aos mercados, com o objetivo de ampliar o atual protagonismo do Brasil no mercado global de café. O CECAFÉ segue como principal parceiro do setor, com diversas diretrizes de gestão para apoiar as autoridades brasileiras nos processos de negociação comercial, redução de burocracias e harmonização de medidas fitossanitárias.

BRASIL: PARTICIPAÇÃO NO MERCADO MUNDIAL

ANO	Exportação (milhões de sacas)	Participação
2015	37,0	32,3%
2016	28,7	28,7%

Fonte: CECAFÉ

DESAFIOS PARA A INDÚSTRIA DE SOLÚVEL E OS PRODUTORES



AGUINALDO LIMA
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ SOLÚVEL (ABICS)

A produção de Conilon viabilizou-se no País na fabricação de café solúvel. Entre as duas atividades, a inter-relação ocorre de forma visceral. Com os anos, a indústria de torrefação passou a usar o Conilon, até mais do que a indústria de solúvel, enquanto a exportação de café verde também apresenta momentos de exportações consideráveis.

Se a exportação de café em grão verde pode ser interrompida sem maiores problemas, a indústria de torrefação possui a opção de alterar a produção dos seus *blends* com o uso mais intensivo do café Arábica; a indústria de café solúvel não conta com essas prerrogativas. Obrigatório, o uso de Conilon na fabricação de café solúvel e extratos faz parte de 85% da matéria-prima consumida por esta indústria. Com extração superior, em média de até 30% de sólidos solúveis (cafeína), a eficiência industrial do Conilon é imbatível quando comparada com a do Arábica.

A indústria de café solúvel é a mais fiel consumidora dos cafés produzidos pelos produtores brasileiros. Se ela cresce, todos crescem; se ela perde mercado, todos perdem. Exportado para mais de 120 países, o solúvel proporciona divisas anuais na ordem de US$ 600 milhões.

Apesar de líder mundial na produção e na exportação de café solúvel, o Brasil enfrenta a concorrência acirrada das indústrias asiáticas. O Vietnã puxa a fila dos países na produção e na exportação, seguido por Malásia, China, Coreia do Sul, Filipinas e Índia. Enquanto o consumo médio de café solúvel no continente asiático cresce 6% ao ano; no mundo, a taxa é de 3,2%, segundo a LMC Consultoria.

BRASIL: EXPORTAÇÕES DE CAFÉ SOLÚVEL E EXTRATO ENTRE JANEIRO E OUTUBRO

ANO	Sacas	US$
2016	3.204.822	488.850.051
2017	2.803.495	517.242.293

Fonte: CECAFÉ; elaboração: ABICS

O desempenho das exportações brasileiras de café solúvel e extratos, no período de janeiro a outubro deste ano, fechou 13% inferior na quantidade e 6% superior nas receitas cambiais quando comparado com o desempenho de 2016. A elevação nos custos da matéria-prima do Conilon e do Robusta explica o aumento considerável do preço do solúvel no mercado internacional.

De agosto de 2016 a abril de 2017, as indústrias brasileiras conviveram com preços do Conilon brasileiro acima dos do mercado internacional. Isso encolheu as margens de rentabilidade. Em alguns casos, a indústria comercializou com prejuízo para não perder clientes tradicionais de longos anos de fornecimento.

MOMENTO FAVORÁVEL PARA O MERCADO INTERNO



NATHAN HERSZKOWICZ
DIRETOR EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ (ABIC)

O consumo de café no Brasil poderá registrar, neste ano, um crescimento de 3,0% a 3,5%, com 22,0 milhões de sacas. É uma hipótese otimista, sem dúvida, mas nos baseamos, sobretudo, na melhoria da massa salarial e no retorno do emprego, apesar de ainda tímidos. De qualquer forma, mesmo em um cenário mais crítico, como no ano passado, o consumo interno cresceu de 1,0% a 2,0%, para 21,2 milhões de sacas.

Esse aumento da demanda, sem dúvida, pode ser explicado pelo fato de o consumidor buscar cafés com mais qualidade. A partir de 2018, a ABIC pretende inserir todas as empresas associadas e as suas marcas no Programa de Qualidade do Café (PQC). O objetivo é continuar na monitoração dos produtos da categoria Tradicional, mas estimular o aumento da oferta de cafés superiores, pois maior qualidade resulta em maior agregação de valor.

Entramos naquele momento de quebrar o paradigma de que cafés de melhor qualidade não oferecem rentabilidade. Estimativas apontam crescimento no mercado de cafés diferenciados em torno de 10% a 15% ao ano. Já os preços dos cafés certificados no PQC são, em média, superiores aos demais. Existem quatro categorias: Extra Forte, Tradicional, Superior e Gourmet. O preço médio praticado por quilo é de R$ 33,81 na Superior e de R$ 25,10 na Tradicional, enquanto, naquelas não certificadas, é de R$ 18,72.

Atualmente, das 700 marcas certificadas pelo PQC, a maioria está na categoria Tradicional (mais de 360), mas cresce substancialmente o número de produtos na categoria Superior e na Gourmet, respectivamente com 150 e 177 marcas. Ambas já representam 4% do mercado total.

É, portanto, chegada a hora de mais empresas aproveitarem esse novo ambiente de consumo, em consolidação por meio das redes sociais, dos clubes de café com vendas *on-line* e dos inúmeros equipamentos, a preços bem acessíveis, para preparo de café nos lares e nos escritórios. Mas, atenção: para lançar um produto na categoria Superior ou na Gourmet, não basta apenas mudar a embalagem; é necessário investir no seu desenvolvimento como um todo, com cuidados na qualidade, desde a aquisição da matéria-prima até o ponto de torra e moagem.

Esses novos ambientes de negócios já têm incentivado as indústrias a diversificarem seus portfólios, com ingresso nas categorias dos café certificados, como Melitta, JDE, Cooxupé, 3 Corações, Baggio Café, Torrefações Noivacolinenses, San Babila, Mitsui, Lavazza, Leão, Utam e Cacique. ■